

**FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS  
CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA  
DO BRASIL (CPDOC)**

Proibida a publicação no todo ou em parte;  
permitida a citação. A citação deve ser fiel à  
gravação, com indicação de fonte conforme  
abaixo.

DEUS, Zélia Amador de . Zélia Amador de  
Deus (depoimento, 2006). Rio de Janeiro,  
CPDOC/Fundação Getulio Vargas (FGV), (1h  
55min).

Esta entrevista foi realizada na vigência do  
convênio entre SOUTH EXCHANGE  
PROGRAMME FOR RESEARCH ON THE  
HISTORY OF DEVELOPMENT (SEPHIS) . É  
obrigatório o crédito às instituições  
mencionadas.

**Zélia Amador de Deus  
(depoimento, 2006)**

Rio de Janeiro

2020

### *Ficha Técnica*

**Tipo de entrevista:** História de vida

**Entrevistador(es):** Amilcar Araujo Pereira;

**Levantamento de dados:** Amilcar Araujo Pereira;

**Pesquisa e elaboração do roteiro:** Amilcar Araujo Pereira;

**Técnico de gravação:** Marco Dreer Buarque;

**Local:** Belém - PA - Brasil;

**Data:** 29/08/2006

**Duração:** 1h 55min

Arquivo digital - vídeo: 2; Minidisc: 3; MiniDV: 2;

Entrevista realizada no contexto do projeto "História do Movimento Negro no Brasil", desenvolvido pelo CPDOC em convênio com o South-South Exchange Programme for Research on the History of Development (Sephis), sediado na Holanda, a partir de setembro de 2003. A pesquisa tem como objetivo a constituição de um acervo de entrevistas com os principais líderes do movimento negro brasileiro. Em 2004 passou a integrar o projeto "Direitos e cidadania", apoiado pelo Programa de Apoio a Núcleos de Excelência (Pronex) do Ministério da Ciência e Tecnologia. As entrevistas subsidiaram a elaboração do livro "Histórias do movimento negro no Brasil - depoimentos ao CPDOC." Verena Alberti e Amilcar Araujo Pereira (orgs.). Rio de Janeiro: Pallas; CPDOC-FGV, 2007. A escolha da entrevistada se justificou por se tratar de uma das principais referências do movimento negro no Norte do país, por sua atuação importante na articulação do movimento negro em âmbito nacional e por ter, entre outras coisas, fundado o Centro de Estudos e Defesa do Negro no Pará (Cedenpa), maior organização do movimento negro no Norte do país.

**Temas:** Ação Popular (1962); Antropologia; Direitos civis; Ditadura; Ensino; Estados Unidos da América; Família; Infância; Literatura; Magistério; Movimento estudantil; Movimento negro; Pará; Vanguarda Armada Revolucionária Palmares;

## *Sumário*

Entrevista: 29/08/2006 Origens na Ilha do Marajó; trajetória escolar; o êxodo rural; o magistério no Instituto de Educação; o primeiro contato com o racismo; a questão racial na família; a participação no movimento paroquial; a Associação Cultural Cristã; a atuação no Movimento Estudantil; os impactos da Ditadura Militar; a construção da Frente de Ação Secundarista Paraense (Faspa); a atuação como militante da Ação Popular (AP); o engajamento na engajei na Vanguarda Armada Revolucionária Palmares; a falta de discussões raciais nos movimentos de esquerda; as influências da luta pelos direitos civis nos Estados Unidos; as influências das lutas de libertação na África; o curso de Letras na Universidade Federal do Pará (UFPA); a experiência na a Escola de Formação de Ator; a resistência à Ditadura Militar; o surgimento do o Centro de Cultura Negra do Maranhão; a influência do movimento “black is beautiful” dos Estados Unidos; a criação do Centro de Estudo e Defesa do Negro (Cedenpa); a atuação como uma das fundadoras da Associação Nacional de Docentes (Andes); o mestrado em teoria da literatura; a experiência como professora universitário; o doutorado em antropologia; a questão das ações afirmativas; momentos emblemáticas nas atuações políticas; a atuação da Cedenpa; o trabalho com quilombolas; o centenário da abolição; o congresso de Durban; conclusões e agradecimentos.

*Entrevista: 29/08/2006*

A.P – Zélia, a gente sempre começa as entrevistas perguntando sobre o início, a gente começa sempre do início. A gente queria saber em primeiro lugar onde você nasce, quando você nasce, sobre seus pais, essa infância, enfim, esse início mesmo da sua trajetória.

Z.A. – Na verdade eu nasci no Marajó, na Ilha do Marajó. Eu coloquei aqui Belém porque eu estou registrada como Belém, então no documento oficial eu nasci em Belém. Mas eu nasci no Marajó numa fazenda numa localidade que, naquele período, era município de Sori e hoje é município de Salva Terra. A minha mãe engravidou bem novinha, com 15 anos e minha avó e meu avô ficaram com muito desgosto por causa disso. Aí, quando eu nasci, eles resolveram vir para Belém. Então veio todo mundo para Belém. Mas não vieram logo. Vieram quando eu já estava com mais ou menos um ano e meio. E na verdade, naquele período, o pessoal que vinha do êxodo rural acabava ficando, se localizando no fim de Belém. E o fim de Belém naquele período era o bairro da Sacramenta. Então eu me criei no bairro da Sacramenta, no limite entre o bairro da Sacramenta e Pedreira. Me criei ali. E aquele era o meu universo. Estudei todo o meu primário lá.

A.P. – Em escola pública?

Z.A. – É escola pública. Era coordenada por umas freiras, mas era escola pública. É um colégio que ainda existe até hoje. Enfim, fiz toda a minha vida morando lá. Fiquei morando lá até, mais ou menos, vinte anos na Sacramenta. Eu sempre digo que é o meu espaço a Sacramenta, porque foi meu primeiro universo, meu primeiro mundo, digamos assim. Me criei com a minha avó, que é quem eu chamava de mãe. Inclusive chamava meu avô de pai, porque meu pai ficou para lá, e minha mãe era mãe solteira e era empregada doméstica, trabalhava em casa de família. Então a gente só se encontrava, praticamente, no domingo, que é quando ela tinha folga à tarde, que ia lá fazer uma visita. Então na verdade eu me criei com a minha avó.

A.P. – E os nomes dos seus pais? Até para a gente registrar.

Z.A. – Olha, a minha mãe se chamava, já morreu infelizmente, Doralice Amador. O meu avô era Manuel Faustino de Deus, que é a minha referência de pai. Mais tarde, bem mais tarde é que vim conhecer meu pai biológico. A minha avó, que era quem eu chamava de mãe, era Francisca Amador de Deus. E eu acabei virando a Zélia Amador de Deus porque eu fui registrada como sendo filha dos avós.

A.P. – Que interessante. E como é que é esse início de vida na escola?

Z.A. – O início na verdade é uma vida muito pobre, porque quem vem do êxodo rural sem nenhuma formação... Para tu teres ideia, o meu avô lia um pouquinho, muito pouco, ele era semi-alfabetizado, então ele conseguia se virar, conhecia dinheiro, conseguia apanhar ônibus, ele era uma pessoa super virada. Então uma pessoa que era um vaqueiro no Marajó, sai do Marajó e vem para Belém... Então aqui ele começou a trabalhar num projeto de saneamento. Naquele período tinha um grande projeto de saneamento para a cidade de Belém e ele se engajou naquele trabalho e ficou durante muito tempo, desde que eu me entendo, trabalhando nesse projeto. Depois ele ficou trabalhando como pedreiro, como servente de pedreiro, trabalho braçal. Minha avó, vez por outra, lavava roupa para fora e, como eu te falei, minha mãe era empregada doméstica. Isso era o que gerava renda para o sustento, digamos assim. Então, era muita pobreza ao redor de onde eu morei.

A.P. – O bairro é aqui próximo de Belém?

Z.A. – Agora é, mas naquele período não. Naquele período era o fim de Belém. Agora não, agora está próximo. Agora é um bairro que está bem integrado, digamos assim, a cidade, mas naquele período era o final de Belém. Você quase não tinha ônibus, tinha dificuldade de transporte, não tinha iluminação elétrica. Eu lembro que a energia elétrica só chegou para lá em 1960, mesmo assim, só para as casas e foi uma grande festa. E não era todo mundo que tinha acesso à energia elétrica. A minha casa por exemplo não tinha acesso à energia elétrica, porque a gente era muito pobre e não tinha dinheiro para pagar. A água encanada só chegou muito tempo depois. E também não era todo mundo que tinha acesso a essa água encanada, você usava água de poço. Então tinha todas as dificuldades de um bairro bem pobre, que era o final de Belém, era o bairro que, naquele momento, recebia as pessoas que vinham do êxodo rural. Então, como ele não é tão longe, você andava muito a pé. Praticamente não tinha ônibus. Eu me lembro que muitas vezes, eu já tinha uns 12 anos

quando entrei no ginásio, eu vinha a pé de lá, aqui para a praça da República, para o Instituto de Educação, porque eu fiz o ginásio e o pedagógico, que é o relativo ao magistério hoje, eu fiz na escola normal, no Instituto de Educação.

A.P. – Eu fiquei curioso com uma coisa em relação à educação, mas lá no início.

Z.A. – Deixa eu te contar lá no início...

A.P. – Você disse que era coordenado por umas freiras...

Z.A. – Isso. Eu comecei a estudar primeiro numa escola particular, e eu nunca vou me esquecer porque era Externato Santo Expedito o nome. Era uma escolinha bem próxima de onde eu morava, era uma professora que criou uma escola que atendia a criançada do pedaço ao redor. Aí você pagava, mas pagava muito pouco. E como a minha avó não tinha estudo, ela não sabia ler, como no Marajó o sistema de trabalho naquele período – eu não sei como é hoje – você não pegava em dinheiro. Os vaqueiros da fazenda não pegavam em dinheiro. Eles moravam nos ranchos, eles tinham, digamos, aquele material para viver no mês, eles matavam a rês e eles ficavam com parte da rês, que era para sustentar o povo que vivia no rancho, e o que precisava tiravam no armazém da fazenda. E aí você não pegava em dinheiro. Tanto que a minha avó morreu com 94 anos em 2000 e não conhecia dinheiro. Ela nunca conseguiu conhecer dinheiro. Já meu avô não, ele era muito virado. Ele era semi-alfabetizado, ele andava para cima e para baixo de ônibus. Ele morreu relativamente cedo, em decorrência de diabetes e pressão alta. Ele morreu em 70. Ele devia ter 67, 68 anos quando morreu. O meu avô que era a minha referência de pai. Então eu comecei a estudar nesse Externato Santo Expedito. A professora que montou essa escolinha, inclusive, era também egressa do Marajó. E a experiência foi interessante porque era uma sala com várias crianças de séries diferentes. Você tinha até a quarta série: primeira, segunda, terceira e quarta. Da alfabetização até a quarta. Entrei eu para me alfabetizar, aí fiz primeira e segunda série lá, mas aí eu tinha que assistir as aulas que ela dava para a terceira série, e para a quarta. E isso foi interessante porque como eu sempre fui uma pessoa muito observadora, eu comecei a aprender todo o conteúdo da terceira série, então eu estava na primeira e já sabia o conteúdo da segunda, eu estava na segunda e já sabia o conteúdo da terceira. Quando eu passei para a terceira, aí eu saí de lá e fui para este colégio. Era o único colégio que tinha na Sacramenta naquele tempo, não tinha outro grupo escolar. Ele era

coordenado por umas freiras. Ele ainda existe lá. É interessante a história do colégio, porque as freiras eram Luízas de Marilac e o nome do colégio era Instituto Catarina Labouré, era um nome francês, só que escrito “labouré”. Então toda a criançada lia Catarina Labouré [em português]. Essa é uma história interessante porque determinada vez a irmã superiora, que era a diretora do colégio, chegou na sala e disse o nome da escola e disse Catarina Labouré [em francês]. Eu achei um absurdo aquilo: “Como que a diretora da escola não sabia ler o nome do colégio?” Estava lá escrito Labouré e ela dizia Labouré... [risos] É muito interessante. Bem mais tarde é que você vai entender que é Labouré porque é francês, mas a molecada daquele período não entendia que era francês. Ainda existe lá o colégio. Então era coordenado pelas freiras e você pagava uma espécie de taxa simbólica. Era conveniado com o estado porque não tinha outra escola pública lá naquela área. Então as freiras, eu acho que faziam um certo convênio com o estado porque você pagava uma taxa pequena, você não pagava uma grande mensalidade. Então dava para você estudar lá. E eu estudei lá. E lá, inclusive, foi meu primeiro contato com o racismo. Eu sempre fui boa de matemática. Como eu te digo, eu tive essa experiência numa escola multi-seriada, em que a professora dava aula para várias séries na mesma sala e eu era boa de matemática e muito observadora, eu sabia muito de matemática. Quando eu cheguei na terceira série eu sabia fazer todas aquelas coisas: máximo divisor comum, mínimo divisor comum, multiplicação por dois, três números, eu já sabia divisão porque tinha aprendido da série seguinte já, porque eu tinha assistido as aulas. Aí, a freira ficava muito encantada com isso, uma freira da terceira série primária, irmã Zoê era o nome dela. E ela ficava muito encantada, tanto que ela tinha uma técnica que era colocar as pessoas que se davam melhor em matemática junto das crianças que tinham dificuldade, e eu era muito usada. Eu passava de carteira em carteira, ela me usava muito para ajudar as outras crianças que tinham dificuldade na matemática. Então eu era realmente muito boa de matemática e sempre tive uma memória muito ágil também, eu aprendia as coisas muito rápido. Eu me lembro que eu ia a pé para o colégio, não é tão longe, e eu não estudava catecismo. A primeira aula, você começava rezando lá fora, cantando o Hino Nacional, cantando algumas músicas em louvor à Maria. E depois você entrava, e, quando entrava na sala de aula, a primeira aula era o catecismo. E eu não estudava o catecismo. Mas eu ia pelo caminho lendo aquela lição que ia cair no catecismo. E depois, eu era “Z”, era a última da chamada. Aí começava pelo “A”, e quando chegava no “Z” eu só tirava dez em catecismo porque eu tinha tudo na ponta da língua. Era muito engraçada essa aula de catecismo, eu lembro até hoje que tinha umas coisas tão engraçadas. Por exemplo, tem uma coisa que eu brinco até hoje, a freira perguntava, era uma das lições: “Quem é Deus?” Aí você tinha que responder na ponta da língua: “Deus é o espírito perfeitíssimo, criador do céu e da terra.” [riso] Aí ela dizia assim: “O Pai é Deus?” Aí você tinha que dizer tudinho: “Sim, o Pai é Deus.” Aí: “O Filho é Deus?” Não podia dizer “sim”, tinha que dizer: “Sim, o Filho é Deus.” “O Espírito Santo é Deus?” Você tinha que dizer: “Sim, o Espírito Santo é Deus.” Aí de repente ela virava, ela

dava uma rodada na sala, bem performática, e dizia assim: “Então são três Deuses?” [risos] Essa parte era muito engraçada. Até hoje eu rolo de rir quando lembro da performance. Aí você tinha que ter na ponta da língua: “Não. Há um só Deus em três pessoas realmente distintas.” [risos] Até hoje eu lembro a aula de catecismo. Mas eu dizia que a minha primeira experiência de racismo foi lá. A freira gostava de mim porque eu sabia matemática, porque eu era considerada inteligente, digamos assim. Saber matemática era o máximo, porque era a grande “onça” de toda a criançada. E eu sabia. E aí ela me usava, como eu te digo, para ajudar as outras coleguinhas. Mas um dia chegou uma pessoa na sala... eles faziam muitas festas, faziam as pastorinhas, muitas encenações, faziam danças, festa junina – que naquele tempo a gente não dizia junina, isso é coisa de hoje, a gente dizia joanina, a quadra joanina. Hoje em dia que se diz junina, de junho. Na verdade era joanina. Então eu me lembro que estava fazendo sucesso aquela música La Bamba. E elas resolveram então fazer uma apresentação.

A.P. – Isso em que ano?

Z.A. – Eu não lembro. Isso tu vais me desculpar, mas realmente... Eu posso crer que deva ter sido por volta de 60. Porque eu estou fazendo as contas com o período que logo depois eu venho para o ginásio. Eu estava na terceira série primária, eu devia ter 9 anos, então deve ser 60. E eu tinha um bom relacionamento na turma porque eu era considerada inteligente, porque sabia matemática. Então, todo mundo de certa forma tinha um certo respeito porque eu era inteligente afinal. Então eu era bem relacionada, não tinha problema nenhum na turma. Aí chegou uma pessoa na sala, pediu para interromper a aula e aí perguntou quem da sala queria participar da dança que ia ser, eu acho que eles chamavam macumba, mas a música era La Bamba. Aí eu fiquei louca, claro que eu queria participar daquela coisa. Aí a freira disse: “Quem quiser, levanta.” Aí eu levantei. A freira mesmo, professora, foi escolhendo todo mundo e não me escolheu. Aí está, como não me escolheu eu fiquei na sala. As outras que foram escolhidas saíram. Fiquei na sala e fiquei grilada: “Por que eu não fui?” Aí eu fui perguntar depois para ela, quando acabou a aula, por que ela não chamou. E ela ficou relutante em dizer. E ela não queria dizer, e eu insisti então: eu queria ir, porque ela não me chamou? E ela relutante em dizer. Aí até que ela não teve jeito, uma moleca daquelas chatas, perguntando, perguntando, perguntando... Como não teve jeito, ela disse assim: “Porque para essas apresentações, a gente procura umas crianças mais ajeitadinhas, mais bonitinhas.” Aí eu olhei e pensei: “Bom, tem alguma coisa.” Porque eu, em absoluto, não me achava feia. E eu comecei a me comparar com as pessoas que ela tinha chamado, que ela tinha escolhido. Aí eu nunca me esqueço que eu disse: “Mas ela chamou a Benedita.” A Benedita era branca, mas eu achava a Benedita tão feia, eu achava a



Benedita com uma cara de cavalo. [riso] Mas ela chamou a Benedita. E eu não me achava feia, em absoluto. Mas aí depois eu fui entender, porque do grupo que levantou, eu era a de fenótipo marcadamente negro. Isso eu só vim a entender mais tarde. Essa foi a minha primeira experiência, digamos assim, que vai marcar essa questão. Daí para frente você começa a sacar as coisas, não é?

A.P. – Tendo em vista o fato de você se sentir bonita muito nova, como é que se dava a questão racial na sua família?

Z.A. – Essa é uma questão importante. A minha avó era muito ciente disso. E ela me dava conselhos diários, ela dizia: “Tu és negra, mas negro pode tudo.” Ela me dava conselhos e eu me achava igual, tanto me achava igual que eu achava que podia tudo, inclusive participar da dança. Por isso que eu levantei. Mas aí as pessoas começam a lhe mostrar, o fora começa a lhe mostrar.

A.P. – Então a dona Francisca tem esse papel de formação mesmo dessa sua identidade racial.

Z.A. – Muito forte.

A.P. – É interessante, porque a gente tem percebido nessas entrevistas, que em geral...

[INTERRUPÇÃO DA GRAVAÇÃO]

Z.A. – Eu te dizia então, que eu tive muita sorte nesse particular. Eu nunca tive problema de auto-estima, pelo menos nessa fase, quando criança. É lógico que depois, quando você fica adolescente, você tem seus conflitos, naturais da idade, aí a questão da estética é muito séria, porque realmente quando você é massacrado por um padrão estético branco, você começa a... quando cheguei à adolescência eu comecei, de certa forma, a me sentir feia. Mas foi o único período da minha vida. Normalmente eu sempre me achei uma igual. E a

minha avó contribuiu para isso. Ela me aconselhava diariamente. Inclusive ela me dizia o seguinte, que a gente veio do Marajó para eu estudar, porque lá não tinha estudo. E a única forma da gente mudar de vida era estudando. Então ela me aconselhava: “Estuda, estuda e estuda.” Era só o que eu tinha na cabeça o tempo todo.

A.P. – Quer dizer, é um personagem fundamental na sua trajetória.

Z.A. – Com certeza.

A.P. – Tanto para a identidade racial quanto para a construção da educação como um valor. Muito interessante. Aí você continua nessa escola até?

Z.A. – Até terminar o primário.

A.P. – Aí você faz o exame de admissão.

Z.A. – Aí terminei o primário, fui fazer o exame de admissão, passei aqui para a escola normal e aí eu estudei...

A.P. – Qual era a escola?

Z.A. – Escola normal.

A.P. – Qual o nome?

Z.A. – É o Instituto de Educação do Pará, que era a famosa escola normal, hoje Instituto de Educação do Pará. E aí que eu fiz o ginásio. Era muito difícil entrar na escola pública, não

era fácil naquele período, você tinha que passar por todo o processo do exame de admissão. Era um exame considerado difícil, dependendo da escola que você queria entrar, e eu tive sorte de ter sido aprovada na escola normal e aí eu estudei. Minha formação foi lá. Aí, na escola normal eu tive participação... Eu sempre fui uma pessoa muito questionadora. Eu não achava certo determinadas coisas desde muito cedo. Por que alguns tinham luz elétrica e outros não? Por que alguns tinham água encanada e outros não? Eu sempre questionava muito isso e ficava encucada horas com isso. Isso era uma das coisas que me encucavam, outra coisa eram as palavras. Eu vou te contar só uma experiência com palavra que eu também morro de rir quando me lembro até hoje: a gente entrava na escola lá das freiras, tinha que rezar, ficava numa fila, rezava, cantava o hino e às vezes, quando era mês de maio então, passava o mês inteiro cantando músicas para Maria e no último dia de maio coroava a Nossa Senhora. Aí tinham os anjos, logicamente nunca fui escolhida para ser anjo. Imagina: anjo preto... Não dá certo. Mas embora eu tivesse vontade, eu sempre tive vontade de participar das representações. E lá tinha muito, tinha pastorinha, que tinha um casal de negrinhos. Era uma espécie de matuto, era um quadro que entrava nas pastorinhas. Tu acreditas que elas, as freiras, pegavam crianças claras e pintavam com pó de cortiça para que elas ficassem negras? E elas é que participavam das pastorinhas.

A.P. – Tinha poucos alunos negros?

Z.A. – Não. Tinha alunos negros. Só que eles não eram escolhidos para participar. Sim, eu estava te falando de palavras: eu gostava então de saber o sentido das palavras. Então tinha um hino assim: “Recebe também Maria este punhado de flores que te ofertamos Mãe Pia...” Eu achava incrível: “Como é que vai chamar a Nossa Senhora de pia, não é?” Pia para mim era a pia que eu conhecia. [risos] Então tem umas coisas com as palavras. Então eu questionava: “Será que é pia, será que eu estou entendendo direito? Como é que são capazes...” Que nem a história da freira com o “Labouré” que eu achava um absurdo: “A irmã diretora não saber ler o nome da escola. Que absurdo!” E essa outra questão também, eu sempre questionei muito, esse negócio: por que alguns têm algumas coisas e outros não? Sempre fui muito questionadora, e cedo comecei a ter uma participação, digamos assim, no movimento estudantil. Primeiro comecei a participar de movimento na paróquia, na paróquia de São Sebastião. Ali tinha uns padres cruzios, holandeses cruzios, então eles tinham uma certa linha da teologia da libertação, e eles reuniam grupos na paróquia, grupos de pessoas, diversos grupos. E eu acabei participando da juventude lá. Criaram uma associação, a Associação Cultural Cristã, mas eu fiquei pouco tempo lá porque não dava certo. Eu questionava demais. E a gente acabou criando um grupo a parte, que era um grupo mais questionador, um grupo de jovens mais questionadores, que não concordavam

com várias coisas. Sobretudo com a questão das injustiças. Fazíamos inclusive, durante o Natal, uns presépios assim que era referência para a cidade, falando da questão das injustiças, fazendo a ligação do período do Natal com a questão das injustiças na sociedade. Era um grupo muito questionador. Aí de lá caminhei para o movimento estudantil. Naquele período era o período da Ditadura Militar e você não podia falar nada abertamente. Eu entrei no ginásio em 64, aliás, em 64 eu estava no segundo ano, na segunda série ginasial. Então, o que tinha de organização estudantil? Você tinha dentro do colégio o grêmio cívico, que estava mais ou menos parado. Ele já tinha sido atuante antes de 64, não tão atuante quanto outros porque aquela era uma escola feminina, só tinham mulheres na escola, no Instituto de Educação. Então ele não era tão atuante quanto outros grêmios de escolas públicas naquele período, mas ele tinha uma atuação. Só que com 64 ficou quieto, ficou mudo. E fora das organizações dos secundaristas, tinha a Uesp, que também estava muito ruim naquele período, era ligada, atrelada ao poder. Aí, junto com outros colegas de outras escolas, nós criamos uma entidade, inclusive clandestina, para organizar os secundaristas para se opor a Uesp, que era a entidade oficial. E aí eu comecei com essa participação política. Essa entidade clandestina que a gente criou se chamava Frente de Ação Secundarista Paraense, era a Faspa. E aí eu comecei a ter uma atuação política muito forte. A maioria das pessoas da Faspa...tinha muita gente daquele grupo lá da paróquia da Sacramento, aquele grupo mais questionador e mais combativo. Acabou que o grupo veio para a Frente de Ação Secundarista Paraense. E, fora isso, daqui a pouco chega 68. A gente criou a Faspa em 68.

A.P. – A Faspa é de 68?

Z.A. – É de 68. E aí tem as passeatas, tem os partidos políticos clandestinos. Acabou que grande parte das pessoas da Faspa foram, digamos assim, como é que a gente diz...

A.P. – Foram presos?

Z.A. – Foram presos sim, mas foram recrutadas pela Ação Popular.

A.P. – Pela AP.

Z.A. – Pela AP. Num primeiro momento, faziam parte de uma liga para-partidária, e eu fiz parte dessa liga, e mais tarde passou a fazer parte da AP, da Ação Popular. E eu fiz parte também da AP nesse período. Quase todo aquele pessoal da Frente de Ação Secundarista Paraense acaba sendo recrutado pela AP.

A.P. – Você se torna militante da AP, filiada?

Z.A. – Sim. Militante da AP. Que era clandestina naquele período, que tinha uma ação clandestina. E eu fazia esse trabalho. E me torno inclusive... Saí da AP em 70 porque a AP foi detonada aqui. Aqui ela se fundiu com o PC do B e eu não queria ir para o PC do B. Então saí. Mas não parei com minha atividade política, me engajei numa outra organização. Acabei me engajando... Aí pronto, não podia deixar de ser, eu podia escolher, tinha possibilidade de, eu me engajei na Vanguarda Armada Revolucionária Palmares, na Var-Palmares. E aí tinha uma razão de ser, não é? Fiquei muito pouco tempo, porque logo depois ela foi detonada. E aí foi esfacelada, a Ditadura acabou com esses movimentos de resistência, esse movimento de guerrilha urbana.

A.P. – Você chegou a participar da guerrilha urbana?

Z.A. – Não. Não cheguei a participar. Cheguei a cobrir vários pontos, que a gente tinha ligação com o Maranhão, com Goiás, que hoje é Tocantins, eu cobria esses pontos, cheguei a ter uma participação, a treinar inclusive. Hoje em dia... Isso aqui eu estou falando, eu nunca falei para ninguém, viu? [riso]

A.P. – Que bom.

Z.A. – Isso é assim segredo. A não ser para aquelas pessoas que eu conheci naquele período, enfim, que sabem, mas fora isso...

A.P. – Você estava dizendo que chegou a treinar tiros.

Z.A. – Tiros. Mas nunca usei, nunca tive atividade de fato aqui, a não ser cobrir determinados pontos e servir de ligação com o pessoal de Goiás, com o pessoal do Maranhão.

A.P. – Só para a gente registrar: o que significa cobrir pontos?

Z.A. – Cobrir pontos é encontrar com pessoas, é encontrar com determinadas referências de prováveis quadros que você formaria em outros lugares, que você criaria em outros lugares, de prováveis células que você criaria em outros lugares. Mas também, eu entrei em 70 e logo em seguida foi tudo detonado. A grande referência que a gente tinha aqui, a grande liderança que a gente tinha aqui foi presa.

A.P. – Quem era essa grande liderança?

Z.A. - É a Margareth Reficalewski [conferir]. Eu nem sei, nem lembro qual era o nome que ela usava dentro da organização. E aí foi esfacelado aqui, acabou.

A.P. – Ainda em 70 ou um pouco depois?

Z.A. – 71, 72, por aí. Então essa é a minha história do ponto de vista político. Fora isso eu sempre tive essa veia, digamos assim, essa veia muito questionadora.

A.P. – Posso lhe fazer uma perguntinha?

Z.A. – Faça.

A.P. – Isso é muito interessante. Durante esse período, a gente percebe em geral uma articulação com movimentos de esquerda, principalmente nessas lideranças que a gente tem entrevistado. Você percebia alguma discussão em relação a questão racial?

Z.A. – Nada. Na AP por exemplo, absolutamente nada. Eu sei que na Var-Palmares teve, não tanto pela questão racial, mas até para escolher o nome teve uma certa discussão. Um dia desses eu estava conversando com o Alfredo Wagner, que me deu uma curiosidade, o Alfredo era daquele tempo também só que era do Rio, da Escola de Aplicação do Rio de Janeiro. E um dia desses a gente sentou e estava lembrando e conversando e eu perguntei: “Alfredo, por que Var-Palmares?” E ele me disse que a discussão que rolou é que podia ser Palmares ou podia ser Canudos. E acabou escolhendo Palmares por causa da questão do território. E aí eu entendo que naquele período Palmares era uma coisa, era um símbolo muito caro para quem estava em busca de liberdade, para quem estava em busca de se livrar das teias do Regime Militar. Então Palmares era um símbolo caro naquele período e acabou que ficou Palmares por causa da questão do território: território livre, território de liberdade. Então era esse símbolo forte da liberdade, que eu digo que mais ou menos naquele período também, ou logo depois, em 74, logo em seguida é que começa a surgir a proposta lá do poeta Oliveira Viana..

A.P. – Oliveira Silveira.

Z.A. – Oliveira Silveira, perdão. Por que é que veio Viana? Do Oliveira Silveira lá do Rio Grande dos Sul, para trocar o 13 pelo 20.<sup>1</sup> Quer dizer então foi esse momento assim, Palmares, de certa forma, estava aí, inclusive como esse símbolo caro, que naquele momento passou a interessar inclusive jovens brancos como símbolo de liberdade. Agora a gente para um pouquinho...

[INTERRUPÇÃO DE GRAVAÇÃO]

---

<sup>1</sup> Trocar o 13 de Maio, data da abolição da escravatura, pelo 20 de Novembro, provável dia da morte de Zumbi, líder do quilombo de Palmares.

A.P. – Está gravando já. Eu queria lhe perguntar o seguinte: você acabou de dizer que não havia a discussão em relação a questão racial dentro do partido...

Z.A. – Dento do partido não. A questão era “classe”, não é? Quando eu entrei na AP, o livro de referência era o livrinho *Vermelho* de Mao Tse Tung. E não se discutia, essa era uma falta que eu sentia inclusive.

A.P. – Mas em contrapartida, nesse mesmo momento, você tem no final da década de 60 e início da década de 70, a luta pelos direitos civis nos Estados Unidos muito forte.

Z.A. – Esse era um drama que eu, por exemplo, carreguei. Acredito que todos os negros daquele momento que participavam, que tinham atividade política mais forte também sentiam, porque a grande máxima, digamos assim, era rejeitar o imperialismo dos Estados Unidos. E esse era um drama que eu carregava, porque tinha um lado daquela sociedade que eu gostava. Eu gostava dos Panteras Negras, eu gostava da luta pelos direitos civis, e carreguei comigo este drama durante todo o meu período de participação eu carreguei este drama comigo porque você rejeitava o imperialismo mas aquela era uma sociedade que tinha algo que agradava. E o algo que me agradava era a luta racial. Então, essa contradição você carrega. E no Brasil não se fala nisso nos partidos, não se falava naquela época. Não tinha espaço para se discutir a questão racial porque para a esquerda a premissa era que a questão era de classe e não de raça no Brasil. E continua sendo até hoje a grande premissa da esquerda brasileira. Mas sim, então eu te falava, em 70...

A.P. – Além dessas notícias, do aspecto político-racial nos Estados Unidos, vocês tinham informações em relação às lutas de libertação na África? Havia uma circulação de informações?

Z.A. – Sim. Aquele período é inclusive o período em que vai começar todo o processo de libertação das colônias do neo-colonialismo. Aí, claro, você vai ler Senghor, Agostinho Neto, todo aquele pessoal da negritude.<sup>2</sup> Então isso alimentou a gente durante muito tempo. Tanto que eu acho que quando o movimento negro ressurgue em 78, essas são as referências.

---

<sup>2</sup> Nota para Senghor e Agostinho Neto.



Além dos Estados Unidos, a grande referência são as lideranças dos movimentos de libertação na África. Mas como eu te falava, vamos voltar lá: a AP acabou e eu continuei questionadora, continuei participando. Bom, mas nesse ínterim eu tinha que escolher o que fazer, eu tinha que fazer alguma coisa.

A.P. – Você já tinha terminado o científico...

Z.A. – Já tinha terminado o pedagógico naquela altura, tinha que trabalhar. E o pedagógico inclusive eu fiz por uma questão de ter uma profissão mais rápida e começar a trabalhar, porque não tinha como não trabalhar. Tinha que trabalhar para me sustentar afinal. Eu passei, devo te dizer, o ginásio todo fazendo outras coisas até para ter o dinheiro do ônibus para vir para a aula. Então eu dava aula particular de matemática pela vizinhança. Eu sempre tinha algum dinheirinho para dar aula. Fazia mil coisas: houve um período em que eu fazia a comida da minha vizinha, não só para almoçar, mas também para ter algum dinheiro para vir para a aula. E assim ia me virando para conseguir ter algum dinheiro sempre. Então desde cedo que eu sempre fiz coisas para arranjar dinheiro para poder até pagar o ônibus para vir para a aula. Mas aí eu te falava, quando chega na hora de escolher eu ainda estava na AP que estava se fundindo com o PC do B, e a grande tônica naquele momento era a proletarização: os quadros militantes tinham que se proletarizar. Ora, proletária eu já era. E eu achava muito estranho, não casava na minha cabeça eu voltar a ser camponesa, eu ir ser operária numa fábrica. Não casava na minha cabeça isso. Isso também foi um dos motivos pelos quais eu... Pobreza já bastava para mim. Eu já tinha experimentado desde muito cedo. Então eu não queria aquilo. E depois, tinha lá a minha avó dizendo o tempo todo: “Não pára de estudar. É a única forma...” Isso aí fica e acompanha você pela vida. E aí eu tinha que escolher o que fazer. Eu gostava de matemática como eu te falei, aí quando tive contato com a física me apaixonei pela física. Sou apaixonada pela física até hoje. A universidade tinha um programa que era no Núcleo de Física e Matemática da universidade, que era oferecer cursos para meninos egressos do ginásio que gostavam. E aí você fazia uma prova de seleção, se fosse aprovado ficava estudando. E aí eu fui aprovada e fiquei estudando. Aí que eu me apaixonei pela física mesmo. Muito interessante a física. Só que eu não fiquei muito tempo lá porque eu comecei a entrar de cabeça na participação política e daqui a pouco eu não consegui mais compatibilizar as aulas de lá, aí com a participação política acabei largando lá. Mas aí, sempre com paixão pela física. Aí quando eu tive que decidir, eu fiquei muito na dúvida se eu ia fazer física. Acabei fazendo letras também porque gostava de literatura e gostava de ler. Sempre li muito. Como eu era muito pobre e não tinha biblioteca, eu lia tudo que encontrava pela frente e passava as tardes, às vezes, na biblioteca da universidade que

funcionava aqui na José Maucher, naquele tempo era São Jerônimo o nome da rua. E a biblioteca recebia crianças para ler, tinha um programa que recebia, e eu ficava as tardes inteiras lá às vezes. Estudava de manhã e de tarde ia para a biblioteca e lia tudo que me passava pela frente. Sempre fui leitora. Houve um período em que eu me interessei muito pela Reforma. Eu achava o máximo os reformistas questionadores do *status quo* católico da época. Aí eu ia para lá e procurava coisas sobre Martinho Lutero, sobre Calvino, para ler, então lia tudo. Como eu gostava de ler, aí acabei optando por literatura. Mas também, nesse ínterim, tinha a veia teatral que tinha sido esmagada desde lá do primário pela freira, não é? Nunca era escolhida. Aí quando foi por volta de 70, tinha uns amigos que faziam escola de teatro, uns vizinhos, e aí fizeram naquele mesmo colégio da freira uma peça infantil. Eu participei e aí me apaixonei. Tanto me apaixonei que em seguida fui fazer a seleção para escola de teatro da universidade. E eu fiz a Escola de Formação de Ator. E eu digo que teatro foi a minha grande terapia na vida. Porque eu sempre fui uma pessoa muito tímida, muito reservada. Quer dizer, não era. Da adolescência em diante acabei ficando tímida. E com essa timidez, o teatro me ajudou muito. Por isso que eu digo que foi a minha terapia, porque ele me ajudou muito a vencer essa timidez que nasceu no período da adolescência. Eu sempre digo que eu marco a minha vida antes e depois de fazer teatro: depois de fazer teatro eu realmente virei outra pessoa. Eu fiquei uma pessoa bem mais para fora. Eu era muito para dentro. E me perdia lendo, pegava um livro na biblioteca, ficava lendo e era capaz de ficar lendo dias sem comunicação com o “fora”. Mas aí o teatro não, o teatro me fez o contato com o “fora” muito forte. E eu sempre digo: “Devo ao teatro tudo o que sou hoje.” E aí, bom, fiz letras e teatro ao mesmo tempo.

A.P. – Você entra na universidade em que ano?

Z.A. – Em 71.

A.P. – Aqui na Ufpa?

Z.A. – Na Ufpa para fazer letras. E em 71 entrei na Escola de Teatro também, embora já fizesse antes nesse grupo lá no bairro, em 71 eu entrei na escola. Então eu trabalhava de manhã, fazia o curso à tarde e a escola de teatro à noite. Quer dizer, era uma rotina braba. Mas era gostoso, porque o teatro é muito prazeroso, teatro é uma coisa que a gente acaba fazendo e é prazeroso demais. É meio lazer, digamos assim. Bom, daí, eu acabei largando,

digamos assim, a participação política e fiquei direto no teatro. Mas acho que a veia política estava presente sempre. No teatro a gente se organizava, criamos a Associação, criamos a Federação de Atores, e eu sempre estava à frente da criação desses processos, da Federação de Atores. Bom na universidade, a participação... Eu estudei de 71 a 74, foi o período brabo da Ditadura Militar. O DCE estava fechado, a representação política era escolhida pela própria reitoria, era a reitoria que acabava indicando tudo. Eu até fui representante discente, mas nesse esquema, indicada pela reitoria. Fui um período representante discente. Isso só vai se abrir depois, em 76 é que começa a se abrir, 77, 78, mas em 76 começam a surgir grupos alternativos dentro da universidade, mas aí eu já tinha terminado o curso. Tinha voltado para fazer uma especialização. Então começa a se abrir grupos estudantis alternativos dentro da universidade que retomam o DCE naquele período. Porque até então ele vivia sobre as rédeas da Ditadura, as rédeas da reitoria por causa da Ditadura. Tinha o 477 em vigência e houve um grupo aqui da medicina que pegou o 477.

A.P. – O que era o 477?

Z.A. – O 477 era um dos artigos do AI-5 que impedia organização estudantil. E houve um grupo da medicina que se rebelou contra um professor que passou uma prova da qual eles diziam que tinha conteúdo que não tinha sido dado em sala de aula. E por causa disso, eles pegaram o 477. Conseguiram depois com advogados e com recursos para cá e recursos para lá... Inclusive meu marido faz parte dessa turma da medicina que pegou o 477, um grupo de uma turma. E que, por causa disso, acabou atrasando um ano de faculdade, porque perdeu aquele ano. Não pegou todos os rigores do 477, mas perderam o ano pelo menos. Tem várias pessoas da medicina que estiveram nesse processo aí. Quer dizer, então, digamos assim, você era impedido dentro da universidade de fazer qualquer movimento mais... Isso só vai melhorando depois com o Geisel, que entra e inicia aquele tal processo de abertura lenta e gradual. E aí as coisas vão, digamos assim, se abrindo, que é quando vai ressurgir o movimento negro, que eu digo, com essa face mais político-reivindicativa. Não é que ele tenha deixado de existir. Mas ele existia muito mais com uma face sócio-recreativo-cultural. Voltado às vezes para a pesquisa, em 74 surge o Ilê, mas a grande marca do Ilê é a cultura; você tem lá o Oliveira Silveira lá no Sul, mas a grande marca ainda é o teatro, quer dizer, uma marca mais artística. Esse mais político-reivindicativo propriamente dito, vai ressurgir a partir de 78 após a grande greve do ABC, que, digamos assim, foi o teste, a greve do ABC foi o grande teste para ver se de fato a abertura funcionava, se estava funcionando. Aquele foi o teste. E aí que vai surgir o MNUCDR. E acaba, no país todo, surgindo outras entidades. E é nesse bojo que vem o Cedenpa, que vem o Centro de Cultura Negra do Maranhão.

A.P. – Voltando só um pouquinho, na universidade havia uma discussão...

Z.A. – Nada. Sobre a questão racial nada. Tinha poucos negros em letras, naquele período tinha poucos negros. Eu entrei numa turma em que a grande parte das pessoas que iam fazer letras eram já senhoras, que estavam voltando à universidade e que iam fazer letras um pouco por diletantismo, um pouco para aumentar os horizontes culturais. Essa era a minha turma, digamos assim. E tinha poucos negros. Eu era uma das pouquíssimas negras. E novamente voltei a ser respeitada, assim como fui na escola normal o tempo todo, porque era considerada inteligente. Também, naquele período, já fazia teatro, então as pessoas sempre são um pouco mais tolerantes com artistas. Aos artistas é um pouco mais possível que eles ousem. Então eu me lembro que eu andava com um cabelo desse tamanho, era um *black* mesmo, e ponha *black* nisso.

A.P. – Isso em 73, 74?

Z.A. – 71.

A.P. – 71, já?

Z.A. – 71, 72.

A.P. – Já entra na universidade com o *black*?

Z.A. – E ponha *black*. E ponha *black* nisso. O teatro me ajudou inclusive nesse lado, de buscar até essa identidade. Então era *black*, as roupas sempre coloridas, das cores que eu gostava.

A.P. – E de onde você tirava esses referenciais? Porque era um momento em que ainda era raro.

Z.A. – Não. É o momento que você tem o *black is beautiful* dos Estados Unidos. Então não era tão raro assim. Mas eu digo que também eram coisas que estavam latentes e que foram esmagadas, porque as pessoas diziam assim: “Mas preto não fica bem de vermelho.” Aí você vai lá e ousa, usa o vermelho porque é aquilo que dizem que você não fica bem. E por aí vai.

A.P. – Mas não era normal entre as estudantes, ou entre as pessoas.

Z.A. – Não. Não era normal. Chocava. O *black* eu me lembro que era o que mais chocava. Mas como eu era artista, com os artistas as pessoas costumam ser mais tolerantes.

A.P. – Mas as pessoas que lhe conheciam.

Z.A. – Claro, quando eu saía em determinados lugares a molecada ia para a rua começava gritar, e você vai levando. Mas dentro da universidade as pessoas toleravam mais e ainda tinha o aval de ser artista. Então se é artista pode ousar. Aí eu me punha por trás desse escudo de ser artista e ousava, e tinha esse cabelo, enfim. Bom, quando chega 78 é que a gente começa, essa questão fica muito mais... E aí a criação MNUCDR acaba respingando, digamos assim, pelo país inteiro essa necessidade de se organizar e lutar contra a discriminação.

A.P. – Vocês têm notícias aqui do MNU?

Z.A. – Sim, com certeza. Notícias e notícias fortes, digamos assim. É nesse bojo que surge o Cedenpa, o Centro de Cultura Negra do Maranhão, mais tarde, logo em seguida, vai surgir o Una.

A.P. – De Sergipe?

Z.A. – Não, o Una de Macapá, é União Negra... que está lá até hoje. Está no Centro de Referência, está meio ruim das pernas, mas está lá até hoje. O Moan, Movimento Alma Negra no Amazonas, hoje dia não existe mais o Moan no Amazonas, mas surge nesse período tudo. Em seguida eu já entrei de cabeça, criamos o Cedenpa, e aí você já entra de cabeça.

A.P. – Isso é importantíssimo para nós.

Z.A. – Isso já é 79, 80. Aí já entrei de cabeça no movimento negro, criamos o Cedenpa e estou aí até hoje.

A.P. – É fundamental para nós, tentar entender como surge o Cedenpa.

Z.A. – O Cedenpa surge, como eu te digo, no bojo da criação do MNUCDR.

A.P. – Sim, mas mais amiúde.

Z.A. – Aí você já tem um grupo dentro da universidade e até fora dela, que se encontra, que conversa e que diz da necessidade de se criar essa organização. Eu me lembro que na universidade o meu grande interlocutor era o Felisberto Damasceno, que fazia Direito naquele período. Hoje em dia ele mora em Brasília, mas foi um dos fundadores do Cedenpa. Fora da universidade você tinha a Nilma, que eu também conhecia e que também tinha essa necessidade.

A.P. – Você conhecia a Nilma de onde, por exemplo?

Z.A. – Agora tu me apertaste, mas eu conhecia da vida, aqui da praça, desse burburinho de amigos comuns. E a Nilma era do Paes de Carvalho no período em que eu era da Escola Normal, e ela jogava, ela era atleta. Ela jogava tudo e era considerada guerreira, boa. Então ela era conhecida. Fazia das tripas coração e jogava e ganhava, era atleta. Defendia, digamos assim, o colégio. Então ela era conhecida. Então já conhecia, e aí esse grupo que está sentindo essa necessidade acaba se reunindo, e criamos o Cedenpa. Quem nomeou o grupo foi o Felisberto, ele é que deu esse nome, Centro de Estudos e Defesa do Negro do Pará. E a gente está aí até hoje nesse envolvimento. Bom, fora isso, eu sempre, como eu te digo, questionadora, em todo o lugar que eu chegava: cheguei no teatro, criamos a Federação de Atores; cheguei na universidade, comecei a participar da luta docente, fui uma das criadoras da Andes naquele período – hoje é o Andes, porque é o sindicato nacional, mas naquele período era uma associação porque não era permitido a funcionário público ser sindicalizado. Então foram criadas as associações docentes dentro das universidades. E essas associações docentes começam a se reunir nacionalmente nos Encontros Nacionais de Associações Docentes, chamados de Enad naquele período. E esses Enads, esses Encontros acabam discutindo a necessidade de uma organização nacional e acaba então criando naquele período a Associação Nacional dos Docentes. E eu estava nesse processo porque já estava na universidade e participava desse processo também. Então fui uma das fundadoras, não só da associação docente aqui, lá dentro da universidade, da Adufpa, e também uma das fundadoras da associação nacional, a Andes, Associação Nacional de Docentes. Tive uma participação dentro do Andes até mais ou menos 88. De 86 até 88 fiz parte da diretoria da Andes. Uma diretoria que eu considero assim muito interessante. O presidente era o professor Nilton Lima Neto, que hoje é prefeito lá de São Carlos. Aquela foi uma diretoria bem interessante e eu fiz parte daquela diretoria. E aprendi muito politicamente com essa participação política que eu venho tendo ao longo da vida. E aí você acaba trazendo esse aprendizado para dentro do movimento. Enfim, é uma coisa que você leva consigo. Como também trazia o fato de ser negra para dentro do movimento docente. Essa coisa é uma coisa que anda contigo de um lado para o outro, que perpassa os diversos lugares. E aí, estou aí. Sempre digo que tive essa vocação de fundadora. Bom, do movimento docente acabei saindo num determinado momento, também participei do movimento de mulheres, participei aqui da criação do movimento de direitos humanos. Mas sempre o movimento racial foi prioritário para mim. O movimento negro foi prioritário.

A.P. – Então, a gente estava falando sobre esse balanço.

Z.A. – Sim, eu estava dizendo que ao mesmo tempo em que eu participava do Cedenpa, eu participava desses outros movimentos, movimento de mulheres, enfim. Mas aí eu fazia o balanço, eu pensava: “Aqui tem muito branco para fazer as coisas e tem pouco preto falando da questão racial.” Porque nenhum desses lugares estava interessado em discutir a questão racial: sindicato não estava interessado; direitos humanos não estavam interessados, estavam interessados em discutir a questão dos presos políticos, estavam interessados noutra coisa naquele momento e não estavam interessados na questão racial. Quem estava interessado na questão racial era eu. E quem estava discutindo a questão racial aqui era o Cedenpa. Então ele é prioritário para mim. Eu sou muito mais importante lá, que não tem outras pessoas para fazer. Aí, fazendo esse balanço, eu sempre considerei o movimento negro prioritário, porque nos outros lugares você tem branco de sobra para fazer as coisas. No movimento negro não tem preto de sobra, não é? Então a minha prioridade sempre foi colocada para esse lado da questão racial. De lá para cá, cada vez mais, digamos assim, fui deixando os outros movimentos, e cada vez mais fechei a essa prioridade na vida.

A.P. – Eu queria lhe perguntar o seguinte: como é esse processo da sua entrada na universidade? Quando você entra como professora?

Z.A. – Eu entrei na universidade em 78 como professora.

A.P. – Como é?

Z.A. – Estava sendo criado um novo curso, o curso de Artes. Quer dizer, tu ais de ver que eu sou formada em Letras, fiz especialização primeiro em teoria da literatura, fiz um mestrado em teoria da literatura, mas entrei para a universidade não para trabalhar com letras. Eu entrei para a universidade para o Centro de Letras, mas para trabalhar com um curso novo que estava sendo criado, que era o curso de Educação Artística, que tinha uma disciplina voltada para a questão das artes cênicas. E aí, como eu fazia teatro, eu fui trabalhar com essa disciplina. Ao mesmo tempo, o curso de Letras – aí já era o curso de Letras – oferecia as disciplinas eletivas, oferecia História e Teoria do Teatro como disciplinas eletivas. E eu trabalhava também com essas disciplinas. Então entrei para a universidade para trabalhar com essas disciplinas: História e Teoria do Teatro e Cênicas para o pessoal de Educação Artística.



A.P. – E aí inicia essa carreira universitária.

Z.A. – Aí inicio essa carreira universitária.

A.P. – Aí você faz um mestrado.

Z.A. – Sim, em teoria da literatura. Bom, aí fiquei um tempo sem estudar e voltei agora para fazer o doutorado. Estou fazendo o doutorado em antropologia. Estou trabalhando com ação afirmativa e cota para negro nas universidades. Estou pegando três universidades. Estou trabalhando com federais. O recorte que eu fiz foi trabalhar com universidades federais.

A.P. – Está fazendo o doutorado aonde?

Z.A. – Aqui, na antropologia, na Ufpa. Eu te dizia que estou pegando a UnB, estou pegando Bahia e a Federal do Paraná. Acho que são três, é uma amostragem que eu considero relativamente razoável.

A.P. – Essa questão das ações afirmativas e das cotas é um assunto que eu gostaria de dedicar um certo tempo.

Z.A. – Está legal. Vamos lá.

A.P. – Antes disso, deixa eu lhe explicar: um dos propósitos desse projeto é tentar compreender como é essa trajetória de construção desse movimento que se torna um movimento nacional, com redes, com relações...

Z.A. – Deixa eu te dizer. A gente sempre teve, desde que o Cedenpa foi criado, a gente sempre teve relação com outros movimentos, seja na Bahia, em Pernambuco, no Maranhão aqui com o povo do CCN, enfim, com o país todo. Naquele período você não tinha computador, então era carta, telefone. Mas a gente sempre teve essa relação, nós aqui do Pará. E você acaba elegendo algumas figuras no país. Eu sempre digo para o Hélio Santos que ele é o meu guru, eu brinco com ele, porque Hélio Santos foi assim uma figura importante para o Cedenpa, uma referência importante. Em 84, eu acho, o Franco Montoro cria o Conselho de Participação da Comunidade Negra, e vai para lá o Hélio, o Ivair, a Aparecida Bento, que vai trabalhar com mercado de trabalho, a Sueli Carneiro, a Raquel de Oliveira, trabalhando com educação, que continua trabalhando com educação até hoje, e esse pessoal sempre foi nosso interlocutor, o Hédio Silva. A gente sempre teve esse povo como interlocutor da gente, e fez grandes amizades. Somos amigos hoje, eu Hélio Santos... No Cedenpa, todos os encontros nacionais que tinha, a gente sempre fazia questão de se virar para mandar alguém para não perder esse elo com os nacionais. E durante toda a década de 1980 nós fizemos os Encontros de Negros do Norte e Nordeste. Nós conseguimos fazer 10 encontros. Começamos mais ou menos em 81. O primeiro encontro foi na Paraíba e por aí foi. Nós sediamos um desses encontros aqui, o de 1987. Esses encontros eram super organizados. Organizados, é claro, eu digo na medida do possível, com todas as fragilidades que o movimento negro traz consigo. Mas organizados, a gente elegia temáticas para os encontros, os movimentos, as entidades mandavam tese sobre a temática que tinha sido escolhida. Então tinha uma certa estrutura organizativa bem interessante. E esses encontros ajudavam muito esse intercâmbio, essa ligação, essa união com os outros movimentos do resto do país. E a gente sempre teve essa ligação mesmo. Aí você vai daqui para São Paulo, vai procurar o pessoal lá, senta, conversa. Vai daqui para o Maranhão, vai procurar. E assim vai, fazendo essa rede.

A.P. – Então, justamente nesse fazer, na construção dessa rede, como é que se dá, por exemplo, esse encontro com o Hélio Santos? Como é que vocês se conhecem?

Z.A. – Com o Hélio, estou te dizendo, quando foi criado o Conselho de Participação e Desenvolvimento da Comunidade Negra de São Paulo.

A.P. – Ele vem até o Pará?

Z.A. – Não. A gente vai até lá e aí você procura, aí você conhece, fica se relacionando, aí você telefona... Hélio, Ivair, todo esse pessoal a gente tem essa... Além dos encontros regionais, aí foram criados os encontros nacionais, aí sempre o Cedenpa manda alguém para não perder esse elo. Esse processo foi se dando assim. Agora, eu digo que esses encontros regionais foram importantíssimos para manutenção dessa rede, desse circuito de informação. Porque é um país muito grande, não é? A gente nunca teve – e eu acho que essa é uma das coisas que diferencia o movimento negro dos outros movimentos – essa pretensão de ter uma central única do movimento negro. Até que aqui ou ali surgia dentro do movimento, pelo menos nos encontros de negros do Norte e Nordeste, já nos últimos encontros começou a surgir essa proposta de criar uma organização nacional, mas sempre houve muita reação dentro do movimento de criar essa organização nacional. Hoje em dia eu entendo que isso é uma característica própria. Eu acho que essa diversidade dentro do movimento é muito rica. Você tem o movimento hoje englobando os afro-religiosos, o pessoal voltado muito mais para a cultura, está englobando tudo. Então eu acho que isso é mais rico do que você fechar em torno de uma visão única. Então eu acho que é até uma certa característica nossa de organização, em que você tem, por exemplo, a Conen, que é uma tentativa de coordenar as entidades negras – o Cedenpa faz parte da Conen, das entidades negras do país – mas mesmo assim, você está na Conen mas você mantém a sua identidade, você mantém a sua autonomia. E você não está na Conen e participa também daquele coletivo, entendeste? Então eu acho que é uma coisa rica. Eu não acho isso ruim. Tem gente que analisa como ponto negativo. Eu, pelo contrário, acho que isso é muito positivo porque essa foi a causa, ou tem sido um dos motivos do movimento negro ter sobrevivido diante das dificuldades esse tempo todo. Essa forma diversa de organização: não pode se organizar politicamente, se organiza nos terreiros, se organiza nas associações recreativas, nas associações culturais, enfim. E aí, quando pode se organizar politicamente, se organiza politicamente também. Então eu acho que isso é uma coisa boa, uma coisa que enriquece. Não vejo como ponto negativo, como muitas pessoas que vêem isso como negativo. Eu acho que você tem que se valer dessa diversidade. Ela é muito rica. Então é isso. Agora, acho que esses encontros regionais propiciaram muito essa organização mais... Nos encontros regionais eles convidavam figuras para participar. Então eles convidavam o Hélio Santos, eles convidavam essas figuras que eram nossas referências para participar de mesas, para fazer palestras, então você não perdia esse referencial, não perdia essa dimensão de país. Ficava sempre antenado. Em 86 o MNU puxou um congresso pré-constituente aberto para todas as entidades do movimento negro do país, independentemente de ser filiada ou não ao MNU. Foi em Brasília em agosto de 86, foi muito interessante porque foi naquele congresso que surgiram as propostas do racismo como crime e também das terras de quilombos, que acabou ficando o Artigo 68 das Disposições Transitórias da Constituição. Quer dizer, essa era uma questão que você já vinha discutindo também. Eu me lembro que em 87 o tema do Encontro de Negros do Norte e Nordeste que nós sediamos

foi “Terra de quilombo”. Então antecipando a Constituição a gente já estava discutindo isso fazia horas. O Pará e o Maranhão já discutiam, até porque foram instados para isso. No Maranhão tinha a Mundinha lá no CCN sendo pressionada pela situação do pessoal do Frechal, que vivia uma situação difícil; aqui tinha o Cedenpa sabendo da situação dos negros lá de Oriximiná, imprensados pela criação da Mineração Rio do Norte e pela criação da reserva biológica que acabou fechando parte do rio Trombetas para as comunidades negras que tradicionalmente moravam lá. Quer dizer, de um lado se cria a reserva biológica e do outro se cria a Mineração e as margens se fecham e o pessoal de algumas comunidades passa a ser peão da Mineração Rio do Norte. Essa coisa estava presente também, não só para o CCN, mas também para o Cedenpa, o que fez com que a gente fosse gestando a proposta que vai dar no Artigo 68 das Disposições Transitórias.

A.P. – E essa pauta é levada nesses encontros.

Z.A. – Nesses encontros. Eu estou te dizendo, não só a pauta é levada, como você elege nesse encontro agora o tema do encontro seguinte. E aí as entidades se obrigam a criar teses, a escrever suas propostas sobre aquilo e levar no encontro seguinte. O encontro de 88 em Recife, a temática foi toda voltada para a educação. A educação sempre foi uma temática muito cara para o movimento negro no país. Então a gente sempre deu muita importância para discutir a educação. A organização dos educadores negros é mais ou menos desse período, de 86 a 88. E é isso. Isso permitiu esse intercâmbio, digamos assim. Quando a gente começa o Cedenpa de fato em 80, já reunindo semanalmente com as pessoas participando, organizado, digamos assim, a gente já começa com o 20 de Novembro, que veio lá do Rio Grande do Sul. Proposta do Oliveira Silveira, lá do teatro ligado ao Floresta Aurora.

A.P. – O Grupo Palmares.

Z.A. – Grupo Palmares ligado ao Floresta Aurora. Então esse intercâmbio, essa coisa, acaba rolando. Embora, com todas as dificuldades que é se comunicar nesse país.

A.P. – Você falou muito em dificuldades. Você poderia enumerar pelo menos algumas só para a gente entender bem essas dificuldades.

Z.A. – A gente que está aqui distante dos grandes centros, sente na pele essas dificuldades. Você para sair daqui para ir para São Paulo é um gasto grande. Quando a gente era jovem, ia de ônibus, fazíamos muito mais viagens de ônibus. Hoje em dia somos umas senhoras, não dá mais, temos que ir de avião. Mas naquele período a gente enfrentava tudo isso para poder não perder esse contato. A gente sempre prezou muito isso, essa coisa de estar com o outro, de saber, de estabelecer diretrizes que a gente pudesse fazer conjuntamente: você faz lá na Bahia e eu faço a mesma coisa aqui. É lógico que guardando todas as especificidades que tem a Bahia e as especificidades que tem o Pará. Mas as coisas são encaminhadas de forma análoga, digamos assim, porque no encontro você discutiu a possibilidade de encaminhar isso ou aquilo, proposta disso ou proposta daquilo.

A.P. – E uma outra questão que me chama muito a atenção, especialmente no seu depoimento, eu estou anotando aqui, que é o seguinte: você segue por uma trajetória política muito estabelecida, você vai ser militante de esquerda e chega inclusive à Var-Palmares. E logo, um pouco depois, você entra de cabeça no movimento negro.

Z.A. – É verdade.

A.P. – E é interessante e eu gostaria de perceber se existe algum momento emblemático...

Z.A. – Você não tinha mais perspectiva política num determinado momento...

A.P. – Sim, mas se há algum momento emblemático, alguma questão que lhe disse que era isso? Você consegue vislumbrar assim?

Z.A. – Eu aponto a questão do MNUCDR. Eu acho que isso aí foi um grande marco que acaba, digamos assim, mobilizando os negros que já estavam sensíveis no país. Não necessariamente para se ligar ao MNUCDR mas para criar as suas entidades. Que é o que vai acontecer mesmo, o Cedenpa.

A.P. – Especificamente na sua trajetória, esse momento, a criação do MNU, as notícias tem um impacto?

Z.A. – Tem um impacto muito forte. Cedenpa, CCN, Moan, Una, tudo nasce nesse bojo. E sem que se comunicassem. É claro que acaba mobilizando as pessoas que, de uma forma ou de outra, já estavam sensíveis para a questão.

A.P. – E aí, havendo essa interlocução com outros movimentos...

Z.A. – É. Você vai descobrindo. Os encontros de negros do Norte e Nordeste te davam essa possibilidade de você ir conhecendo todo mundo que está militando, digamos assim, com a mesma preocupação sua. É claro que, às vezes, com modos de conduzir diferentes, mas a preocupação é a mesma, é básica, o objetivo é o mesmo. Então você acaba criando essa rede, são amizades que você tem também e que vão ficando até hoje. Você tem na Bahia determinadas referências que ficaram, Ana Célia Silva, várias pessoas daquele momento, Valdecir, e que estão aí até hoje, felizmente. Algumas, no meio do caminho vão morrendo, claro, aqui ou ali morre esse ou aquele, mas estão aí até hoje também ajudando a construir esse processo.

A.P. – Então até para registrar, você poderia trazer alguns elementos de atuação do Cedenpa a partir da sua formação. Como é que o Cedenpa atuava de fato?

Z.A. – A gente atuava muito e atua ainda e tem um trabalho muito grande com educação. Eu lembro que a gente trabalhava muito com professores, para trabalhar o 20 de Novembro. E a gente fazia treinamento, formação de professores. E uma das grandes queixas dos professores é que depois a gente ia embora e eles não tinham material. Daí começa inclusive o Cedenpa a produzir material. Tem um dos materiais que é assim o grande marco naquele momento, que é o que a gente chama de cartilha do Cedenpa, que é *Raça Negra, a luta pela liberdade*. É uma cartilha que é um marco daquele tempo e que a gente criou exatamente para trabalhar com os professores, para dar uma resposta aos professores, que diziam: “Vocês vêm aqui, vocês fazem o treinamento, a gente gosta, depois vocês vão

embora e a gente não tem material para trabalhar em sala de aula.” E acabou virando referência. Um dia desses – eu estou te dizendo toda arrepiada – eu estava dando um curso em Oriximiná e ouvi um depoimento de uma professora. A professora não era de Oriximiná, era de outro município, e ela, falando da dificuldade de material para tratar a questão racial na sala de aula, ela dizia assim: “A única coisa que me salva é aquela cartilha do Cedenpa.” Aí eu fiquei toda arrepiada, mas é interessante. Ela já está na outra reedição. Mas tem uma linha voltada para educação no Cedenpa. Teve já um projeto, *Racismo e educação*, que atuou em determinadas escolas durante um tempo. Isso é que vai dar força para que a gente pleiteie a questão da criação dentro das secretarias, tanto do estado quanto do município, de um lugar em que se discuta as relações raciais na educação. Estou te dizendo que o estado respondeu primeiro, o município respondeu depois. Mas eu sempre acho que o estado tem tido um pouco mais de boa vontade. No município a gente não sentiu ainda essa coisa assim de fazer com que o núcleo vingue. E não é por falta de pressão. A gente pressiona muito mas é difícil. Não é fácil. Fora isso, o Cedenpa sempre teve um trabalho também com os remanescentes de quilombo. Em 87, o Cedenpa junto com a Associação Cultural lá Óbitos – Óbitos é um município aqui do médio Amazonas –, lá tem uma associação cultural muito atuante, que procura o Cedenpa e juntos a gente faz o primeiro encontro das comunidades quilombolas daquela região, que é chamado Encontro Raízes Negras. Esse encontro permanece até hoje, só que hoje ele é feito pela própria organização quilombola. Mas o primeiro, o segundo, o terceiro e o quarto foram feitos pelo Cedenpa. E o Cedenpa teve um papel também para assessorar e organizar essas comunidades remanescentes de quilombos no estado. E a gente está aí até hoje trabalhando com remanescentes de quilombos, é uma outra linha de atuação forte do Cedenpa, além de educação. E uma outra linha que a gente tem é essa de ficar forçando o Estado o tempo todo a ter projetos, a ter programas, que atendam a população negra. A gente faz isso desde 88. Em 88 nós conseguimos colocar na Constituição estadual um dos artigos que eu digo que é um dos artigos mais avançados das constituições estaduais do país: é o Artigo 336 da Constituição do estado que dá possibilidade de criar políticas de ação afirmativa. Nós nunca conseguimos que a Assembléia Legislativa do estado votasse o projeto. De 88 para cá, em toda legislatura a gente procura um deputado, o projeto tramita e morre. Normalmente na Comissão de Constituição e Justiça, e não vinga. Dessa vez ele foi mais longe. Agora, nessa legislatura a gente botou de novo, com base inclusive no Artigo 336 que está lá na Constituição que a gente conseguiu colocar em 88 e 89, que foi quando saíram: a Constituição federal é promulgada em outubro de 88 e as estaduais são discutidas logo a seguir, e a gente participa do processo de discussão da Constituição Estadual e consegue colocar propostas. Uma delas é essa. Consegue colocar a questão das terras para remanescentes de quilombos, é o Artigo 226 da Constituição Estadual aqui.

A.P. – Você lembra o texto do artigo?

Z.A. – Pois é, só lembro o número do artigo. Tu também já queres muito. Tu não imaginas o que foi negociar esse Artigo 336 com os deputados, com o relator daquele período. Porque o que a gente queria era política compensatória, era o que a gente queria que estivesse na Constituição, mas não dava para sair na dureza “política compensatória”. Então foi todo um jogo, inclusive de palavras, gramatical, metafórico, e está lá o Artigo 336. Eu estou sem nenhuma Constituição do Estado aqui, mas ele está lá, o Artigo 336, que dá possibilidade de ter políticas ação afirmativa.

A.P. – Mas usa esse termo?

Z.A. – Não. Não usa o termo ação afirmativa, claro. Na verdade, até porque não era o termo que nós estávamos usando naquele tempo. Você tinha que ter estratégia, não é? Chega lá e o cara nem sabe o que é ação afirmativa, vai descobrir que é coisa dos Estados Unidos e aí... Quer dizer, na verdade a gente estava com muito mais base na questão da compensação. O Abdias do Nascimento tinha colocado um projeto no Congresso para tramitar, com base em políticas de compensação, estabelecendo cotas.<sup>3</sup> Eu não lembro agora o número do projeto, mas é o projeto do Abdias que acaba não sendo apreciado pelo Congresso, mas que muitas propostas daquele projeto estão sendo retomadas hoje. A Lei 10.639, várias coisas estão sendo retomadas e que estavam contidas naquele projeto que eu digo que é o primeiro projeto que chega no Congresso na linha de políticas públicas mesmo, voltadas para a população negra.

A.P. – Tendo em vista essa...

Z.A. – O 336 é com base muito mais na política de compensação. E aí foi um jogo de corpo para você conseguir colocar, de palavras para poder deixar conseguir que ele vingasse lá na Constituição. Na verdade era discussão constante com o relator e até que conseguiu ficar lá. Nós nunca conseguimos colocar na prática. Quando nós tentamos mais uma vez, agora a última, ele foi dado como inconstitucional porque tem um outro artigo na mesma

---

<sup>3</sup> Nota para o projeto do Abdias, antes de 89.



Constituição estadual que diz que projeto que cria despesa, como ele é um projeto que vai criar despesa, tem que ser prerrogativa do Executivo. O Executivo tem que mandar uma mensagem para o Legislativo. Caso contrário ele cai na inconstitucionalidade. Só que a gente nunca conseguiu um governador que mande uma mensagem para o Legislativo discutir. Até agora nós não tivemos esse governador que seja sensível à questão racial ao ponto de mandar um projeto com base no Artigo 336, via mensagem, para o Legislativo discutir. Mas a gente conseguiu, como eu estou te dizendo, essa atuação de forçar com que o Estado dê conta disso, a gente conseguiu nesse processo constituinte, a gente conseguiu no processo de discussão da Lei Orgânica do Município a gente conseguiu colocar lá na Lei Orgânica do Município um princípio que dava a possibilidade de criação do Conselho Municipal do Negro. Isso foi durante o final da década de 1980 e a gente só conseguiu instalar agora com a gestão do Edmilson, em 90.<sup>4</sup> Então é tudo muito difícil. Não é fácil. O racismo é uma coisa assim que incomoda os brancos, você falar de racismo. É uma coisa que os brancos não querem saber disso, é incômodo, é ruim, é chato, e aí você tem que ter muito jogo de corpo para falar, para introduzir a discussão sobre o racismo, e é difícil. Nós, em 96, criamos um Grupo de Trabalho aqui no estado à moda do GTI, isso também por pressão. O GTI foi criado em 95 e a gente ficou forçando a barra, o Cedenpa ficou forçando a barra para que no estado se criasse esse grupo de trabalho para propor políticas públicas para a população negra. E aí, no caso, tinha até respaldo lá no 336, não é? Foi um grupo de trabalho interessantíssimo com a participação do Cedenpa, da Universidade, do Ministério Público Federal, da Funai, do Museu Emílio Goeldi, foi um grupo interessante que fez uma série de propostas de políticas, elegeu a educação, saúde, geração de renda e terras, por causa dos remanescentes de quilombos. Você tem aqui uma grande quantidade de comunidades remanescentes de quilombos no estado. E fez um programa interessante elegendo esses eixos para fazer políticas, entregou ao governador com pompas e circunstâncias inclusive. Esse grupo era coordenado pelo secretário de Justiça daquele tempo, de 96, que por coincidência foi o relator da Constituição lá com quem a gente discutiu o Artigo 336, estava lá. Ele era o coordenador desse grupo. O grupo tinha participação de outras secretarias mas era coordenado pela Secretaria de Justiça. Aí o governador recebe o documento com pompas e circunstâncias, e de lá ele pinça só as comunidades indígenas e de remanescentes de quilombos e cria o programa *Raízes*, que está aí até hoje. Quer dizer, e acaba ficando de fora o resto da comunidade, como se negro se resumisse a quilombola. É verdade que é significativa a quantidade de comunidades remanescentes de quilombos no estado. Mas a população negra não é formada só de quilombolas no estado. Aí a gente continua forçando a barra, e em seguida é criada a Seção de Relações Raciais na Educação, lá na Secretaria de Educação. A gente tem então esse papel de ficar o tempo todo... Eu sempre digo que a gente não deixa os governantes

---

<sup>4</sup> Edmilson Rodrigues, prefeito de Belém do Pará, eleito pelo Partido dos Trabalhadores (PT), entre 1997-2004.

dormirem com tranquilidade. Azar o deles, quem manda ser governante. Mas as atuações são muito mais fortes na área de educação e na área de terras. Tem uma atuação cultural também, você tem uma banda, você já teve um afoxé. O afoxé acabou se transformando na banda afro Axé Dudu, que é uma banda muito interessante. Você tem o povo da capoeira, você tem um povo que faz um trabalho muito importante inclusive para a questão da auto-estima da população negra, para a auto-estima da juventude. Então o Cedenpa tem essas linhas de atuação. E de 88 para cá a gente vem batendo forte na questão das políticas públicas, que o Estado tenha políticas públicas. Isso é uma coisa que a gente sempre vem batendo forte. Não conseguimos muita coisa. Temos só o *Raízes* aí e o núcleo criado na Secretaria de Educação do município, que está com as pernas fracas. E foi criado o Conselho Municipal do Negro, que esse prefeito agora acabou, quer dizer, o Conselho está vivendo a mingua, está vivendo porque tem o lugar com um telefone e as pessoas vão para lá ocupar esse lugar com o telefone. Mas está a mingua com esse novo prefeito. Mas a gente continua batendo a porta desse povo para criar... Eu digo que essa atuação do Cedenpa, voltada mais para a terra, fez com que a gente avançasse um pouco nesse particular: é o estado que mais titulou comunidades. Titulou pouco! Mas, enfim, em relação aos outros foi o que mais titulou. Para gente é nada!

A.P. – Mas não pelo Artigo 68?

Z.A. – Não. Nós temos legislação própria. Nós criamos uma legislação para o estado. Temos também uma instrução normativa que o Cedenpa também ajudou a construir, a instrução normativa e a legislação própria. E tem forçado para que o Iterpa, que é o Instituto de Terras, cumpra essa papel. Depois da criação do *Raízes*, o *Raízes* também atua nessa linha, de ter inclusive verba. Esse programa criado pelo governo é um programa ligado à Secretaria de Justiça, mas ele tem verba para atuar nos quilombos. Inclusive para trabalhar nessa linha também da titulação.

A.P. – Só para registrar, você falou que titulou pouco, mas em comparação com outros estados...

Z.A. – É. Para a gente é sempre pouco.

A.P. – Mas, quantos?

Z.A. – Porque nós temos por volta de... É também mapeado pelo Naea, um trabalho já feito para o *Raízes*, depois que o *Raízes* foi criado. O Naea que é o Núcleo de Altos Estudos Amazônicos da universidade, mapeou, eles têm até um cd-rom bem interessante sobre as comunidades remanescentes de quilombos no estado. Então são por volta de 236 comunidades detectadas até então. São muitas comunidades. A gente acha que isso pode ir mais além. Até então, detectadas e cadastradas lá no mapa são 236. Então não é algo trivial, é algo muito significativo. E eu não saberia te dizer agora, no momento, porque eu não estou com o dado na cabeça, quantas a gente tituló. Mas tituló pouco para esse tanto. Eu acho que a gente deve ter chegado a 15, 20, se muito chegou. Mas mesmo assim, pelo fato de a gente ter legislação própria, ter todo um arcabouço legislativo próprio, isso tem facilitado. Então em relação a outros estados é um dos estados que mais tituló. Mas para a gente é sempre pouco. Claro. Porque num país em que a população negra está à margem há séculos, tudo que se possa fazer sempre vai ser pouco. Porque o déficit é muito grande. O déficit é grande em todos os setores da vida. Então você sempre tem muita dificuldade. Você titula mas aí você tem que ter projetos para aquela comunidade, você tem que ter escolas, nem todas têm escolas. As que têm, quando têm, é de primeira à quarta. Muitas vezes as crianças de quilombos ficam repetindo a quarta série para não perder o elo com a escola. Então são essas dificuldades, você tem dificuldade no acesso à saúde, ao saneamento, enfim às condições de vida da população. Apesar de tudo isso, eu acho que só tirar essas comunidades da invisibilidade secular, já foi um grande avanço. Não foi uma tarefa fácil. Mas sempre acho que o movimento negro tem essa, como é que eu digo? Eu sempre digo que ele é generoso. Ele tem sido muito generoso com a sociedade brasileira. Porque a sociedade brasileira renegou e renega o movimento negro durante muito tempo, quando nós começamos no final da década de 70, você se organizar no movimento negro, as pessoas achavam que você que era racista porque você estava chamando a atenção para algo que não tinha no país. Hoje em dia isso já mudou, mas naquele período era isso: “Você é racista porque você está querendo discutir o racismo.” Então você é acusado de racista. Então já mudou um pouco. Mas eu acho que apesar de todas essas dificuldades, o movimento é generoso. Tu já imaginaste o que é trazer para a sociedade diversas comunidades no país inteiro que estavam invisíveis para ela durante séculos? Trazer à tona isso? Isso vai ser assim de uma importância muito grande para a própria sociedade brasileira começar a discutir a sua identidade. Essas comunidades estavam aí à margem e invisíveis para a sociedade oficial, digamos assim, durante séculos. E não foi fácil trazê-las à tona. Foi muito difícil, mas estão aí agora, organizados, lutando, os remanescentes de quilombos.

A.P. – Aproveitando esse gancho, acho que a gente pode entrar nas ações afirmativas. Em que pé estão as ações afirmativas?

Z.A. – Em que pé estão? Tu quereres que eu faça um balanço? Não sei se eu sou capaz de fazer esse balanço.

A.P. – Especialmente aqui no Pará.

Z.A. – Aqui a gente tem o Núcleo na Secretaria de Educação, tem o programa *Raízes*, trabalhando, como eu te digo, basicamente com quilombolas e não tem muito além disso. Embora a gente continue lutando. Bom, aquele projeto lá que tem que ser mandado pelo governador, via mensagem para o Legislativo, nós não conseguimos até hoje que fosse mandado. Bom, tínhamos uma negociação com a Casa Civil de que aquele projeto fosse transformado em um decreto-lei do governo, mas até hoje essa negociação não vingou. A gente ficava forçando a barra: “É 13 de Maio! É 20 de Novembro! É 21 de Março!”<sup>5</sup> Dias emblemáticos para a luta, mas nada até hoje saiu. Não creio que vai sair nessa legislatura, mas a gente continua lutando para que... Bom, conseguimos na universidade agora a questão de cotas para negros. Não foi do jeito que a gente queria. O projeto aprovado na Universidade pelo Conselho Universitário não foi o nosso projeto. O nosso projeto era de cotas raciais. O projeto que foi aprovado lá é um projeto que vincula as cotas raciais às escolas públicas. É a mesma proposta inclusive do governo: 50% de vagas para a escola pública e desse percentual 40% para negros. É a proposta que estava lá no projeto do governo da reforma universitária. Foi a que foi aprovada. Não era a que a gente queria. A que a gente queria era de cotas raciais: 20% de cotas para negros, e cotas raciais. 20% de cotas para negros era a nossa proposta original, vagas para remanescentes de quilombos e vagas para indígenas. Nós entendíamos que tanto os indígenas como os quilombolas não precisavam passar pelo processo do vestibular. E isso a gente achou que não estava inventando nada. Todas as universidades federais já convivem com isso: as pessoas que vem pelo convênio do Itamaraty, da África e às vezes de alguns países latino-americanos outros não precisam passar pelo nosso processo de vestibular.

---

<sup>5</sup> O dia 21 de março como data internacional pela eliminação da discriminação racial foi oficializado pela Organização das Nações Unidas (ONU) para lembrar o massacre de Shaperville, na África do Sul, em 1960. Nota do texto do 4CBPN.

A.P. – Transferência de militares...

Z.A. – Então seria a mesma coisa. Seria o mesmo tratamento que deveria ser dado aos nossos indígenas e aos nossos remanescentes de quilombos que tivessem a prerrogativa de entrar no terceiro grau por ter concluído o nível médio e feito toda a educação básica. Não são tantos os indígenas que chegam nessa situação, nem tampouco os quilombolas. Mas você iniciava um processo, que é um processo importante de ter esses grupos na universidade. Mas, enfim, não tivemos correlação de forças suficientes no Conselho para aprovar a nossa proposta. E a proposta que foi aprovada então foi a proposta de cotas vinculada à escola pública. Eu sempre acho que isso é um eufemismo da esquerda, que é para não encarar a questão racial, e acaba tentando transferir tudo, hoje no caso da educação, para a questão da escola pública, partindo do princípio de porque os negros são pobres estão necessariamente nas escolas públicas, partindo do princípio de que os negros são pobres e os indígenas também, então todos estariam nas escolas públicas. Quer dizer, eles são pobres pelo contrário, são pobres porque são negros, são pobres porque são índios. A universidade acaba fazendo essa inversão. Mas é isso. A gente continua aí na luta. Eu tive a oportunidade de participar do GTI, eu era uma representante da sociedade civil.

A.P. – De 95?

Z.A. – De 95. E, para mim, foi uma coisa muito importante, foi muito rico participar do GTI. Porque acho que a discussão sobre ação afirmativa, pelo menos a minha, o meu amadurecimento... a gente já brigava por política pública, como eu te digo, desde 88. Mas o meu amadurecimento foi muito maior a partir de 95, depois da grande marcha 300 anos de Zumbi e da criação do GTI. Com o GTI nós criamos grupos de trabalho, comissão, subcomissão para discutir ação afirmativa. Eu fazia parte dessa comissão. E chegamos a fazer dois seminários sobre ação afirmativa. Um em Vitória e outro em Salvador. Então para mim foi muito rica essa participação no GTI. Tanto foi rica que a gente quis repetir a experiência aqui. Criamos um GTI aqui que fez propostas, mas infelizmente elas não foram levadas em conta para toda a população negra, foram pinçadas só para os remanescentes de quilombos.

A.P. – Você teve essa percepção de importância do momento histórico em 88, no centenário da abolição?

Z.A. – Sim. Nós participamos daquele processo também, nós do Cedenpa. Eu inclusive fui conselheira da Palmares. A Palmares foi criada naquele bojo. É sempre assim: tem uma data, tem pressão do movimento e o Estado responde timidamente aqui ou ali, com isso ou com aquilo. A Palmares foi uma dessas respostas em 88 por causa dos 100 anos da abolição. E eu participei daquele processo lá do Memorial Zumbi, o Cedenpa participou. E eu fui conselheira da Palmares um período, passei um tempo como conselheira da Palmares.

A.P. – No início da Palmares?

Z.A. – É. No início com o Carlos Moura. E a gente continua aí, na luta, ativo. Participamos da Conferência de Durban, temos participado desses processos todos preparatórios para a Conferência.

A.P. – Você foi a Durban?

Z.A. – Fui. Eu, a Nilma, o Amilton, a Elza. Participamos da Conferência Regional no Chile, em Santiago do Chile em 2000. Então a gente tido essa participação que tem permitido esse intercâmbio que é muito interessante e muito rico, porque você não perde o elo com o nacional. Fazemos parte, como eu te digo, da Conen, fazemos parte da Articulação de Mulheres Negras, e estamos aí lutando! Não é fácil. É difícil. Trazer a questão racial à tona não é fácil, se engajar na luta racial nesse país não é fácil, mas eu acho que é uma coisa que vale muito a pena. Eu não me veria hoje mais sem essa participação que eu considero muito rica no movimento negro. A gente aprende muito. Eu acho que vale a pena.

A.P. – Eu fico pensando aqui, o Cedenpa já está desde a sua fundação, o seu início, trabalhando com a questão da educação.

Z.A. – Sim. E a gente avançou pouco, para tu teres idéia.

A.P. – Eu fico pensando, a Lei 10.639, que chega recentemente, assinada em 2003, como é que ela está sendo...

Z.A. – A gente está forçando para que o estado e o município comecem a implementar a Lei. Agora a nossa briga está sendo com a universidade. Semana passada tivemos uma reunião com a universidade, isso já junto com o Grupo Afro-Amazônico, que é um grupo de pesquisa dentro da universidade, para que a administração superior dê conta da formação dos professores que vão atuar lá na ponta. A universidade tem que cumprir o seu papel de formação. E a gente então está forçando a barra. Dando prazo, porque se a universidade assim não o faz... está num processo de discutir as licenciaturas, então vai ter que mudar currículo, vai ter que incluir conteúdo programático e disciplinas voltadas para dar conta dessa questão.

A.P. – Docentes...

Z.A. – Para formar os docentes de forma decente, digamos assim. Quer dizer, se isso não acontece, o movimento vai para o Ministério Público denunciar a universidade que não está cumprindo a lei. Que está impedindo que a lei se cumpra, no mínimo, porque não está cumprindo o seu papel devidamente. Então foi uma conversa muito interessante, veio a Eliane Cavallero do Mec [Ministério da Educação] nos ajudar nesse seminário, foi um seminário que a gente fez. E foi uma conversa muito interessante, um seminário para a administração superior mesmo, para que ela tome as rédeas desse processo e traga para si essa tarefa. Não dá para deixar ao léu, digamos assim. Ela tem que cumprir a LDB. Faz parte das prerrogativas da universidade cumprir a LDB. E se não está levando em conta que tem que formar as pessoas para darem conta da Lei 10.639, está descumprindo a LDB. Então está passível de punição pelo Ministério Público. É isso, a gente continua aí na briga. E atento a isso.

A.P. – Está ótimo. Eu estou muito feliz com a entrevista. Você tem algo mais a dizer, alguma coisa que você queira deixar registrado?

Z.A. – Não sei. Acho que não. Acho que já falei tudo. Falei até coisas, que como eu te digo, nunca tinha falado para ninguém. [riso]

A.P. – Então está bom. Quero lhe agradecer e deixar registrado esse agradecimento, a sua boa vontade, a sua simpatia, em vir até aqui ao hotel para...

Z.A. – Tínhamos essa organização dos negros do Norte e Nordeste, que era uma coisa que facilitava o intercâmbio. Além disso a gente tinha essa referência com o pessoal do Conselho da Comunidade Negra de São Paulo, mas também sempre teve Abdias [do Nascimento] e Lélia [Gonzalez] no Rio, que também foram referências. A Lélia veio aqui duas vezes e sempre foi uma referência muito forte para nós, sobretudo nessa questão das mulheres negras. A Lélia tinha um trabalho muito interessante voltado para essa questão da participação das mulheres negras e de discutir especificamente a questão das mulheres negras dentro do movimento negro. Outra referência também da gente no Rio é o IPCN. Além dessa organização norte-nordeste. Então você estava aqui, estava longe de tudo, mas a rigor não estava isolado. A rigor você mantinha essa comunicação e esses referenciais, seja São Paulo, seja Rio, Lélia, Abdias, IPCN, naquele período do Januário Garcia... Então é assim que a gente foi construindo, digamos assim, essa rede nacional. E é isso. Estamos aí. É difícil, não é fácil, mas eu acabamos construindo essa rede sem que necessário fosse criar a central única. E estamos aí na luta.

A.P. – Você vê positivamente essa trajetória?

Z.A. – Eu vejo positivamente porque acho que é mais rica essa participação. Ora, você vai para um encontro onde você vai ter toda a diversidade dentro do movimento, você vai ter o pessoal mais voltado para a cultura, você vai ter o pessoal afro-religioso, o pessoal mais voltado para a religião... Isso é muito rico. Isso enriquece o processo.

A.P. – Está ótimo. Zélia, foi ótima! Muito obrigado mais uma vez.



Z.A. – De nada.

[FINAL DO DEPOIMENTO]